



METODOLOGIAS ATIVAS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Marcela Luzia Fonseca Matos¹

Maria Luiza Oliveira da Cruz²

Náira Vanessa Meira de Andrade³

Sônia Maria Gomes de Araújo⁴

RESUMO

A Educação Especial Inclusiva é um tema de grande relevância no contexto educacional contemporâneo. O trabalho teve como objetivo entender como as metodologias ativas podem contribuir para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiências da educação básica. O estudo aborda a importância da inclusão e da individualização do ensino como premissas fundamentais da Educação Especial Inclusiva, bem como a aplicação de metodologias ativas como ferramentas de ensino para os alunos com alguma deficiência. A pesquisa aborda a problemática de se as metodologias ativas ampliam as oportunidades de aprendizado de estudantes com deficiência. A pesquisa foi realizada através do método dedutivo, partindo dos conceitos de educação especial para a educação inclusiva e metodologias ativas. Sendo baseada em pesquisa bibliográfica, analisando artigos, sites e vídeos que tratam do assunto, bem como a legislação que respalda o direito à educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação Especial; Metodologias ativas; Inclusão.

ABSTRACT

Inclusive Special Education is a topic of great relevance in the contemporary educational context. The aim of the work was to understand how active methodologies can contribute to the teaching-learning process of students with disabilities in basic education. The study addresses the importance of inclusion and individualization of teaching as fundamental premises of Inclusive Special Education, as well as the application of active methodologies as teaching tools for students with disabilities. The research addresses the issue of whether active methodologies expand the learning opportunities of students with disabilities. The research was carried out using the deductive method, starting from the concepts of special education to inclusive education and active methodologies. It is based on bibliographical research, analyzing articles, websites and videos that deal with the subject, as well as the legislation that supports the right to inclusive education.

Keywords: Special Education. Active methodology. Inclusion.

¹ Graduação em Pedagogia. Faculdade de Anicuns. E-mail: marcela.luzia54@outlook.com

² Graduação em Pedagogia. Faculdade de Anicuns. E-mail: marialuiza32996269@gmail.com

³ Graduação em Pedagogia. Faculdade de Anicuns. E-mail: nairavanessa-meir05092016@gmail.com

⁴ Professora Orientadora. E-mail: soniamaria2014525@gmail.com



INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é um processo que visa garantir o acesso, permanência e participação plena e efetiva de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sensoriais, emocionais ou sociais, nas escolas regulares. No Brasil, a inclusão escolar é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996 e pelo Estatuto da pessoa com deficiência (2015).

O objetivo desta pesquisa é entender como as metodologias ativas podem contribuir para o processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiências da educação básica. Para isso, esse estudo será realizado através do método dedutivo, partindo-se dos conceitos de educação especial para a educação inclusiva, e metodologias ativas. O trabalho será realizado mediante pesquisa bibliográfica, em que serão analisados artigos, sites e vídeos que tratam do assunto e a legislação uma vez que se pretende expor o direito social de estar presente na escola.

O trabalho tem como problemática a seguinte indagação: a aplicação de metodologias ativas amplia as oportunidades de aprendizado de estudantes com deficiência?

Nesse contexto, com base na motivação para esta pesquisa, há a convicção de que os estudantes devem atuar como agentes de mudança no ambiente escolar, independentemente de possuírem alguma deficiência. Em um cenário de escolas inclusivas, que promovem uma educação abrangente e facilitam a interação sem barreiras entre os alunos, é esperado que o protagonismo e a independência deles sejam considerados e maximizados, uma vez que o método convencional de ensino, que se baseia em aulas expositivas, não estimula o desenvolvimento das capacidades dos alunos com deficiência, resultando em desmotivação.

Com as Metodologias Ativas, as possibilidades de aprendizado e expressão são diversificadas, permitindo aos estudantes demonstrar suas habilidades de diversas formas, ao mesmo tempo em que são incentivados a desempenhar um papel central na definição das tarefas, promovendo a colaboração e o engajamento. Além de promover o protagonismo e a independência dos alunos com



deficiência, as metodologias ativas além de contribuir para o aprendizado acadêmico, também podem ajudar no desenvolvimento de habilidades sociais e de comunicação, que são essenciais para a inclusão e a participação plena e efetiva na sociedade.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL

A evolução dos direitos na educação ao longo da história tem sido profundamente influenciada por documentos internacionais que estabelecem princípios fundamentais em relação à igualdade, inclusão e acesso à educação. Esses documentos desempenharam um papel crucial na promoção de uma educação justa e equitativa em nível global. Para uma discussão efetiva das políticas públicas educacionais brasileiras, é essencial primeiro compreender os principais documentos internacionais que abordam essa temática.

No final do século XX, a Convenção de Salamanca desempenhou um papel fundamental na promoção da inclusão na educação. Em um contexto em que a segregação e a exclusão de estudantes com deficiência eram práticas comuns, a Convenção enfatizou a necessidade de um sistema educacional inclusivo que atendesse a todas as crianças, independentemente de suas diferenças. Isso marcou uma virada crucial na percepção da educação especial e na promoção da igualdade (CONVENÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

No ano de 2006, aconteceu a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU, esse evento trouxe uma mudança fundamental no paradigma da deficiência. Esta Convenção reconheceu que a deficiência não era uma característica inerentemente limitadora, mas sim o resultado da interação entre pessoas com deficiência e ambientes não adaptados. Ela enfatizou a igualdade de oportunidades e acessibilidade na educação, influenciando políticas e práticas em todo o mundo (ONU, 2006).

O entendimento de pessoa com deficiência passou por mudanças significativas, a Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência pela Organização das Nações Unidas – ONU, em seu artigo 1º, dispõe que:



Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interações com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.

O documento destaca que a deficiência pode ter diversas naturezas, incluindo física, mental, intelectual ou sensorial, e não se limita a causas específicas. Além disso, a deficiência é vista como um impedimento de longo prazo, o que significa que não se trata de uma condição temporária, mas sim de uma característica duradoura que impacta a vida das pessoas. Portanto, a lei busca garantir que as pessoas com deficiência tenham acesso a serviços, oportunidades e apoio necessários para viver de forma plena e efetiva na sociedade. (SILVA, 2022).

O Brasil tem registrado avanços significativos na área da inclusão escolar nas últimas décadas. A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988, art. 208).

Em 1994, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que definiu a educação inclusiva como uma das diretrizes da educação brasileira. Ela estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado, reconhecendo a educação especial como uma modalidade de ensino destinada a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas



para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (LDB, 1996, art. 37).

Em 1999, entrou em vigor o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).”

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Este Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização. (BRASIL, 2001)

E em 2015, a legislação brasileira, notadamente a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), estabelecem o direito à educação inclusiva, que visa integrar os alunos com deficiência nas escolas regulares, promovendo a igualdade e a não discriminação. A igualdade de condições com as demais pessoas é um princípio central da legislação, e o Estatuto da Pessoa com Deficiência estabelece uma série de medidas para promover a inclusão e a acessibilidade. Isso inclui a eliminação de barreiras, o uso de tecnologias assistivas, o acesso à educação inclusiva, a igualdade de oportunidades no mercado de



trabalho e a eliminação de estereótipos e preconceitos em relação às pessoas com deficiência.

Desse modo, o Estatuto da Pessoa com Deficiência busca assegurar que as pessoas com deficiência possam desfrutar de todos os seus direitos como cidadãos, sem serem alvo de discriminação ou preconceito, e que tenham as condições necessárias para participar plenamente na sociedade. Isso é crucial para promover uma sociedade mais inclusiva, diversa e justa.

A Educação Básica no Brasil é o primeiro e essencial nível do sistema educacional, compreendendo a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Ela desempenha um papel crucial na formação de cidadãos, proporcionando as bases para o desenvolvimento de habilidades, competências e conhecimentos necessários ao longo da vida. A Educação especial é a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais, também é conhecida como "Educação Inclusiva". Nesse contexto, a Educação Especial desempenha um papel fundamental ao garantir que todos, independentemente de suas diferenças e necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Apesar dos avanços, a Educação Especial no Brasil ainda enfrenta desafios significativos. Um dos principais desafios é a formação de professores capacitados para atender às necessidades específicas dos estudantes com deficiência. A formação continuada e o desenvolvimento de competências em educação inclusiva são cruciais para garantir o sucesso desse processo.

Outro desafio é a adequação das escolas e da infraestrutura para atender às necessidades de acessibilidade. A garantia de que as escolas sejam fisicamente acessíveis e equipadas com recursos que atendam às necessidades individuais dos alunos é fundamental.

A Educação Especial também deve ir além da ideia de mera inclusão, focando no desenvolvimento integral de cada aluno. Isso significa adotar estratégias pedagógicas que levem em consideração as habilidades, potencialidades e dificuldades de cada estudante, permitindo-lhes alcançar todo o seu potencial. Por outro lado, avanços notáveis também ocorreram. A criação de políticas públicas voltadas para a Educação Especial e a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares representam passos importantes em direção a uma



sociedade mais inclusiva e igualitária. Além disso, a conscientização sobre a importância da diversidade e da inclusão tem crescido, promovendo um ambiente mais acolhedor nas escolas.

A Educação Básica brasileira e a Educação Especial estão intrinsecamente interligadas. A qualidade da Educação Básica só pode ser plenamente alcançada quando a Educação Especial é integrada de forma eficaz, proporcionando a todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento. À medida que o Brasil continua a promover políticas e práticas inclusivas, estará mais próximo de alcançar uma educação que respeita a diversidade e promove a igualdade de oportunidades para todos os seus cidadãos.

METODOLOGIAS ATIVAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

As metodologias ativas são um conjunto de estratégias de ensino que colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem. Nesse tipo de metodologia, o aluno é o protagonista da sua própria aprendizagem, sendo responsável por construir seu conhecimento de forma ativa e participativa.

As metodologias ativas promovem uma aprendizagem significativa, pois o aluno é o responsável por construir seu conhecimento a partir de sua própria experiência e reflexão. Além disso, as metodologias ativas estimulam a participação do aluno, o que pode contribuir para o seu desenvolvimento social e emocional.

As metodologias ativas têm sido amplamente utilizadas na educação especial, pois oferecem uma série de benefícios para alunos com necessidades especiais. Dentre esses benefícios, destacam-se:

Aprendizagem significativa: As metodologias ativas promovem uma aprendizagem significativa, pois o aluno é o responsável por construir seu conhecimento a partir de sua própria experiência e reflexão. Isso é importante para alunos com necessidades especiais, pois eles podem ter dificuldade de aprender de forma passiva.

Participação: As metodologias ativas estimulam a participação do aluno, o que pode contribuir para o seu desenvolvimento social e emocional. Isso é importante para alunos com necessidades especiais, pois eles podem ter dificuldade de interagir com os colegas e com o professor.



Autonomia: As metodologias ativas promovem a autonomia do aluno, o que pode ajudá-lo a se tornar um aprendiz mais independente. Isso é importante para alunos com necessidades especiais, pois eles podem ter dificuldade de aprender de forma independente. (MANTOAN, 2015, p.58)

Assim, as metodologias ativas têm se mostrado altamente benéficas para o processo de aprendizagem de alunos da educação especial, promovendo a inclusão, a participação ativa e o desenvolvimento de habilidades.

Para Moran (2018, p.4),

As metodologias são grandes diretrizes que orientam os processos de ensino e aprendizagem e que se concretizam em estratégias, abordagens e técnicas concretas, específicas e diferenciadas. Para o autor metodologias ativas são estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem de forma flexível, interligada e híbrida.

As metodologias ativas proporcionam que cada um atinja o que precisa desenvolver na aprendizagem personalizando seu aprender. Isso é único e ninguém pode fazer pelo outro pois para cada sujeito é único, desse modo Bacich e Moran, (2018, p.16) afirmam que “assim, é essencial uma educação que ofereça condições de aprendizagem em contextos de incertezas [...]”.

Os autores Bacich e Moran (2018, p 16) preceituam que:

As metodologias ativas são uma estratégia promissora para a educação especial. Ao colocar o aluno no centro do processo de aprendizagem, as metodologias ativas podem promover uma aprendizagem significativa, participativa e autônoma. Para que as metodologias ativas sejam eficazes na educação especial, é importante que os professores sejam capacitados para utilizá-las. Os professores precisam conhecer as diferentes metodologias ativas e como adaptá-las às necessidades dos alunos com necessidades especiais. Além disso, é importante que as escolas tenham uma estrutura física e recursos adequados para a implementação das metodologias ativas.

O princípio básico das metodologias ativas é que os alunos estejam ativos, envolvidos no processo e não apenas passivos diante de explicações ou exposições. Estão alicerçadas no protagonismo dos alunos, sendo estes, assim como os professores, participantes ativos através de uma conduta colaborativa, pesquisadora, interativa, despertando seu potencial pesquisador, exercendo autonomia e o potencial criativo.



O papel atual da educação é muito diferente daquele desempenhado no passado, pois, hoje, a educação precisa estimular e favorecer o desenvolvimento mais completo das habilidades humanas. (TRICHES; ARANDA, 2018, p 211).

Conforme preceitua Triches e Aranda (2018), a Base Nacional Comum Curricular surge como um dispositivo para regular e/ou delinear os conhecimentos fundamentais aos quais todos os discentes devem ter acesso, e ainda mais se apropriar durante toda a educação básica, isto é, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Percebe-se nos dizeres, um discurso de equidade, isto é, que todos os estudantes, independentes de localização nacional, condição econômica e/ou deficiência tenham os mesmos direitos de aprendizagem.

As Metodologias ativas na Educação Especial/Inclusiva precisam visar as potencialidades e modos de desenvolvimento do aluno da Educação Especial. Salienta-se, todavia, que essa compensação não visa que o desenvolvimento se dê da mesma forma como ocorre na criança típica. Esse desenvolvimento ocorre “de distinto modo, por um caminho distinto, com outros meios, e para o pedagogo é importante conhecer a peculiaridade do caminho pelo qual deve conduzir essa criança” (VYGOTSKI, 1997, p.17) Aqui decai, justamente, um grande desafio para as políticas educacionais e para as práticas educativas, pois denota a importância da singularização dos processos de ensino-aprendizagem, da valorização das diferenças e da constante avaliação e reconstrução dos percursos delineados pela educação.

Um segundo ponto trabalhado com profundidade por Vygotski (1997) é a influência do meio social no desenvolvimento das crianças com deficiência. Isso ocorre muitas vezes pela baixa posição socialmente ocupada por essas crianças, o que gera estigma e sentimento de inferioridade, a que Vygotski denominou de menosvalia. É nesse sentido que a própria ação do defeito aparece, na obra de Vygotski, como secundária, na medida em que “a criança não sente diretamente sua deficiência. Percebe-a a partir das dificuldades que derivam dela” (1997, p. 18), pois suas relações e papéis sociais se reestruturam de diferentes modos. (PAVÃO E OLIVEIRA, p. 42, 2021)

Nas bases teóricas das Metodologias Ativas é possível perceber princípios análogos defendidos por Dewey defendia um ideal pedagógico (da Escola Nova) em que a aprendizagem se faz pela ação, o aprender fazendo. O autor



primava pela iniciativa, a originalidade e cooperação que promoveriam as potencialidades dos sujeitos, independente das suas limitações, na construção de uma ordem social democrática e efetiva (DEWEY, 1980).

A integração da educação especial inclusiva com metodologias ativas é uma estratégia promissora para garantir o sucesso escolar de todos os alunos, inclusive aqueles com necessidades educacionais especiais. No entanto, a implementação dessas estratégias enfrenta alguns desafios e barreiras específicos devido à diversidade de necessidades dos alunos e às características únicas desse contexto.

Os autores Bacich e Moran (2018) mencionam alguns dos principais desafios e barreiras, dentre eles: diversidade de Necessidades: Alunos na Educação Especial Inclusiva apresentam uma ampla gama de necessidades, desde deficiências físicas e sensoriais até necessidades emocionais e comportamentais. Adaptar as metodologias ativas para atender a essas diversas necessidades pode ser um desafio. Formação de Professores: A formação de professores é crucial para o sucesso das metodologias ativas na Educação Especial. Muitos educadores podem não estar familiarizados com essas abordagens ou podem enfrentar dificuldades em adaptá-las de maneira eficaz para os alunos com necessidades especiais. (BACICH e MORAN, 2018, p.36).

Os autores Bacich e Moran (2018) , ainda citam como desafio, a acessibilidade Física e Digital: Garantir que o ambiente escolar seja fisicamente acessível para todos os alunos é essencial. Além disso, a tecnologia desempenha um papel importante nas metodologias ativas, e a acessibilidade digital é fundamental para garantir que os alunos com deficiência possam participar plenamente. Recursos e Infraestrutura Limitados: Escolas podem enfrentar limitações de recursos, incluindo materiais, equipamentos e espaço, que dificultam a implementação eficaz de metodologias ativas. Avaliação e Monitoramento: A avaliação do progresso dos alunos na Educação Especial Inclusiva pode ser um desafio, pois os métodos tradicionais de avaliação podem não ser apropriados. Encontrar formas de avaliar o aprendizado de maneira significativa e justa é uma questão importante. Resistência à Mudança: A introdução de metodologias ativas pode encontrar resistência por parte de educadores, administradores e pais, que



podem estar acostumados com abordagens mais tradicionais de ensino. (BACICH e MORAN, 2018, p.36).

Dentre outros desafios apontados pelos autores Bacich e Moran (2018), estão o tempo e Planejamento: A implementação de metodologias ativas muitas vezes requer mais tempo para o planejamento e a preparação das aulas, o que pode ser um desafio para os professores, especialmente quando já têm uma carga de trabalho significativa. Colaboração e Comunicação: A comunicação e a colaboração entre professores, terapeutas e outros profissionais que trabalham com alunos com necessidades especiais são essenciais. A falta de coordenação pode ser uma barreira para a implementação eficaz das metodologias ativas. Atenção Individualizada: Metodologias ativas pressupõem um alto grau de atenção individualizada. Isso pode ser desafiador quando há uma grande quantidade de alunos na sala de aula ou quando os alunos têm necessidades intensivas. Estigma e Preconceito: Alunos com deficiência ainda podem enfrentar estigma e preconceito, o que pode afetar negativamente sua participação ativa na sala de aula e a eficácia das metodologias ativas. (BACICH e MORAN, 2018, p.36).

Para superar esses desafios e barreiras na implementação de metodologias ativas na Educação Especial Inclusiva, é essencial o desenvolvimento de estratégias de formação de professores, a adaptação de recursos e materiais, o apoio à acessibilidade, a promoção da conscientização e o fomento à colaboração entre todos os envolvidos no processo educacional. É importante reconhecer que a inclusão e a promoção da igualdade de oportunidades exigem esforços contínuos e adaptativos.

É importante ressaltar que a escolha e implementação de metodologias ativas devem ser adaptadas às necessidades individuais de cada aluno da educação especial. Além disso, a colaboração entre professores, equipes de apoio e familiares desempenha um papel fundamental no sucesso da educação inclusiva e no uso eficaz de metodologias ativas.

A prática docente com metodologias ativas representa um avanço significativo na educação contemporânea. Ao adotar abordagens que colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem, os professores tornam-se agentes de transformação, estimulando o desenvolvimento integral dos estudantes. A flexibilidade, a inovação e o foco na aplicação prática do conhecimento são



características que evidenciam a eficácia dessas metodologias. Com as metodologias ativas o professor tradicional torna-se facilitador da aprendizagem, pois as metodologias ativas provocam uma mudança significativa no papel do professor, que deixa de ser apenas um transmissor de informações. Desse modo o professor torna-se um facilitador, um guia que orienta, questiona e inspira os alunos a explorarem por si mesmos o vasto universo do conhecimento. Através dessas metodologias e da prática docente os alunos são incentivados a envolver-se, a questionar, a discutir e, principalmente, a construir seu próprio entendimento a partir das experiências vividas. (MORAN, 2018)

Assim, a prática docente ativa não apenas prepara os alunos para os desafios do futuro, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais crítica, participativa e capacitada. Essa abordagem não apenas revitaliza as salas de aula, mas também semeia as bases para uma sociedade mais capacitada, inovadora e adaptável. Portanto, a prática docente com metodologias ativas não é apenas uma evolução na educação, mas uma revolução que redefina o significado e o propósito do ensino. (MORAN, 2018)

A Educação Especial Inclusiva e as Metodologias Ativas têm um potencial significativo para transformar a experiência educacional de alunos com necessidades especiais. Este estudo identifica a importância da individualização do ensino e da inclusão no ambiente escolar, destacando as vantagens das Metodologias Ativas na promoção de uma aprendizagem significativa. Através da integração desses dois conceitos, é possível criar ambientes educacionais mais inclusivos, estimulantes e eficazes, que atendam às necessidades dos alunos e os preparem para uma participação plena na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação tem o objetivo de compreender como a implementação de metodologias ativas pode contribuir para a promoção de uma aprendizagem significativa dos alunos com necessidades especiais. A educação especial inclusiva é um movimento que busca garantir o acesso, a permanência e a participação de todos os alunos, independentemente de suas características individuais, no sistema regular de ensino. Essa perspectiva de educação é baseada na ideia



de que todos os alunos têm direito à aprendizagem e ao desenvolvimento, e que a escola deve ser um espaço de acolhimento e respeito à diversidade.

A verificação aborda a problemática de se as metodologias ativas ampliam as oportunidades de aprendizado de estudantes com deficiência. No contexto da pesquisa, a motivação é promover o protagonismo e a independência dos estudantes em um cenário de escolas inclusivas. O estudo argumenta que as metodologias ativas diversificam as possibilidades de aprendizado e permitem que os estudantes com deficiência demonstrem suas habilidades de diversas formas, ao mesmo tempo que são incentivados a desempenhar um papel central na definição das tarefas, promovendo a colaboração e o engajamento.

A análise também destaca a evolução dos direitos na educação, influenciada por documentos internacionais que estabelecem princípios fundamentais em relação à igualdade, inclusão e acesso à educação. O Brasil tem avançado na promoção da inclusão escolar e da igualdade de oportunidades para alunos com deficiência, embora ainda enfrente desafios, como a formação de professores capacitados e a adequação da infraestrutura das escolas. Além do estudo, o texto explora as metodologias ativas, que colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem, promovendo a participação ativa, a autonomia e a aprendizagem significativa. Essas metodologias são consideradas promissoras para a educação especial, desde que sejam adaptadas às necessidades individuais dos alunos.

A prática docente com metodologias ativas cria ambientes dinâmicos e desafiadores, desse modo, ao invés de apenas absorverem informações, os alunos são desafiados a aplicar o conhecimento em situações reais, promovendo uma aprendizagem mais significativa e duradoura. Através dessa prática, o professor deixa de ser mero transmissor de conhecimento e instiga o desenvolvimento do pensamento crítico nos alunos, incentivando-os a analisar, sintetizar e propor soluções, preparando-os para os desafios do mundo real. A prática docente com metodologias ativas exige flexibilidade e adaptação constante, o professor ajusta seu plano de aula de acordo com as necessidades e dinâmicas da turma, criando um ambiente educacional mais flexível.

Através da investigação, conclui-se que as metodologias ativas podem desempenhar um papel importante na promoção da inclusão escolar e no



desenvolvimento de habilidades dos alunos com deficiência, desde que sejam aplicadas de forma adequada e adaptadas às necessidades individuais. Isso é essencial para criar um ambiente educacional mais inclusivo e igualitário, respeitando a diversidade e promovendo a igualdade de oportunidades para todos os alunos. O uso de metodologias ativas na educação especial inclusiva é uma estratégia importante para garantir o acesso, a permanência e a participação de todos os alunos no sistema regular de ensino. Ao colocar o aluno como protagonista do processo de aprendizagem, as metodologias ativas contribuem para o desenvolvimento de autonomia, protagonismo e autoestima, que são aspectos essenciais para o sucesso escolar de todos os estudantes, inclusive aqueles com necessidades educacionais especiais.

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; MORAN José (Orgs). **Metodologias Ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRASIL. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial,

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. **Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.



BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial**. Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

BRASIL. Ministério Público Federal. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino**. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Orgs). 2ª ed. ver. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

_____. **Base nacional comum curricular. Ministério da Educação**. Secretaria da Educação Básica. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc>. Acesso em: 24 de jun. 2023.

_____. **Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE n.2**, de 11 de setembro de 2001.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1998.

_____. Senado Federal. **Estatuto da pessoa com deficiência. Lei nº 13.146/2015**. Brasília: Coordenação de Edições Técnicas, 2015. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf> Acesso em: 7 maio 2023.

CALLONERE, Andréa; HÜBNER, Maria Martha da Costa. **O processo de inclusão escolar e as funções expectativas e relatos verbais de pais e professores: um estudo de caso**. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.
de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.



DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

DEWEY, J. Experiência e educação. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1976.

DEWEY, John. Experiência e natureza: Lógica: a teoria da investigação: A arte como se experiencia: Vida e educação: Teoria da vida moral; São Paulo: Abril Cultura, 1980. (Os pensadores). FACOS-UFSM, 2021. 1 e-book

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Claudia. **Práticas Pedagógicas na Educação Inclusiva: Desafios para a qualificação do processo de ensino e aprendizagem**. Universidade Federal de Alfenas. Campinas, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon; SENAC, 2015.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, art. 62, 20 de dezembro de 1996. Brasília, MEC, 1996.

PAVÃO, Ana Cláudia Oliveira; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira. Metodologias ativas na educação especial/inclusiva [recurso eletrônico]. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2021. 1 e-book. 1.

TRICHES, Eliane de Fátima. ARANDA, Alice de Miranda. O Percorso de Formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Fundect, 2018.